

CONSUN DISCUTE DOCUMENTO CONTRA A DELIBERAÇÃO 03/2023

A sessão extraordinária do Conselho Universitário de 13/09 teve como pauta única a discussão de um documento, elaborado por uma comissão de conselheiros, que expressou a posição do Conselho contrária à deliberação 03/2023 do Conselho de Administração, Consad, que precariza os contratos de docentes admitidos a partir de 13/7/2023.

O documento apresentado teve alguns adendos pontuais e terá sua redação alterada para que posteriormente possa ser encaminhado ao Consad.

Em linhas gerais o documento se posiciona contra a deliberação entendendo que o Consun é o responsável estatutariamente por definir as diretrizes acadêmicas da universidade e que a adoção da deliberação coloca em risco a qualidade acadêmica da PUC-SP.

O colegiado questiona a medida pela quebra da isonomia, pois a deliberação 03 exige que os novos contratados dediquem mais horas de aula do que os

docentes contratados anteriormente, o que diminuirá a possibilidade dos novos docentes se dedicarem à extensão e à pesquisa, além de diminuir seu interesse pela PUC-SP.

O documento ressalta que o colegiado está disposto a colaborar na formulação de novas propostas para o trabalho docente. Nesse sentido, foram levantadas sugestões para que as discussões nas faculdades tenham prosseguimento nos próximos meses, para que uma nova proposta contratual possa ser aprovada.

Revogação já

Ao contrário do posicionamento das assembleias universitárias, expresso no

abaixo-assinado que circula pela internet, o documento do Consun não pede a revogação imediata da deliberação 03/2023, mas pretende que a regulamentação de carga horária que será editada ao final deste ano pela Fundasp mantenha a isonomia entre os docentes excluindo-se a diferenciação entre professores novos e antigos. Assim que os conselheiros aprovarem a redação final do documento ele será encaminhado ao Consad, que tem uma reunião agendada para o final de setembro, juntamente com outras manifestações enviadas à Reitoria e ao Consun. Estranhamente, não consta da relação de manifestações a carta que a APROPUC leu

na sessão ordinária do Consun.

Vale lembrar que a APROPUC foi quem primeiro se pronunciou no PUCviva número 1199 e realizou, juntamente com funcionários e estudantes assembleias onde foram aprovados documentos e atos contra a deliberação. O presidente da APROPUC leu no Consun de 30/8 uma carta com o posicionamento da associação sobre o tema.

A APROPUC e o Sinpro-SP, juntamente com a comunidade puquiãna continuam na luta para que a deliberação 03/2023 seja revogada e qualquer outra Deliberação não precarize ainda mais a vida acadêmica da universidade.

Abaixo assinado pela revogação da deliberação 03/2023

**Professor, funcionário, estudante,
assine o texto através do link**

<https://chng.it/7rxHHpwX>

Sobre a Concessão de Bolsas de Estudo ao Corpo Administrativo da PUC-SP

No último dia 11, foi divulgada uma matéria no J.PUC sobre a concessão de bolsas para funcionários administrativos da Universidade, destacando o ato como uma prática institucional e de valorização do seu corpo administrativo. O conteúdo em si, é em boa parte sobre trabalhadores(as) que, com mérito, concluíram seus estudos e fazem o relato da importância dessa condição. Sobre isso, há de se enaltecer a disposição e competências, não só dos entrevistados, mas de todos os demais que se formam nesta Universidade.

Entretanto, na referida matéria se omitem informações cruciais, das quais destacamos que a ampliação da concessão de bolsas foi resultado de muita luta e persistência da categoria e não uma benesse institucional, constando do acordo coletivo firmado entre o patronal e a organização dos trabalhadores.

Vamos ao resumo dos fatos históricos (que aprendemos na própria PUC-SP): A AFAPUC começou a surgir no início de 1977 e foi criada de fato em meados de 1978, durante a ditadura militar. É fruto de diversas discussões internas sobre a importância da luta coletiva. Ao longo dos anos diversas pessoas figuraram na presidência da asso-

ciação, dentre elas mulheres, que sempre atentas reivindicaram e lutaram não só por aumentos salariais, mas por melhorias nas condições de trabalho e benefícios sociais, conseguindo ampliar a qualidade de vida para todos os funcionários.

Lembramos, por exemplo, que os trabalhadores da PUC-SP foram pioneiros na conquista de melhorias de condições de trabalho, desde a licença paternidade até a jornada de quarenta horas semanais, bem como do aumento das bolsas de estudos até então oferecidas aos funcionários e seus dependentes, passando a representar um paradigma para outras associações que balizaram as suas reivindicações pelas da PUC-SP.

Nesse sentido, descolonizar o pensamento paternalista que a matéria pode causar é essencial para que os trabalhadores se vejam como protagonistas da condição por ela anunciada, e tenham ainda mais convicção de que a luta coletiva foi fundamental para a conquista e garantia de direitos e benefícios históricos.

Julgamos imprescindível que esta comunidade tenha sempre conhecimento, e reconhecimento, real dos seus protagonistas.

Como se sabe, contraditoriamente ao tom paternalista que

a matéria pode causar, recentemente enfrentamos a tentativa da redução da oferta do número de bolsas aos dependentes do corpo administrativo, situação revertida mais uma vez pela mobilização da categoria e apoio da comunidade interna e externa e, por este motivo, ainda permanecemos em assembleia permanente até o cumprimento pela Mantenedora dos acordos firmados.

Além disso, cabe lembrar que os funcionários ainda lutam pela retirada das limitações para utilização das bolsas de estudo em cursos de pós-graduação, que hoje apenas podem ser utilizadas na “área correlata” da sua atuação profissional. Também lutamos pela redução da carga de trabalho aos funcionários que estão em uso das bolsas, sem redução dos salários.

Trabalhamos numa Universidade que conseguiu nota 5 na avaliação do MEC e isso se deve ao comprometimento de todos nós, funcionários, professores e alunos, que mesmo diante das condições limitantes que a Universidade oferece a cada um dos segmentos, sempre estamos em busca do melhor.

Ressaltamos aos colegas envolvidos na matéria que de forma alguma repudiamos ou

desmerecemos os depoimentos, pelo contrário, eles propiciam a plena convicção que a nossa luta não é em vão e, de fato, contribui para melhoria da qualidade de vida dos funcionários desta Universidade, mas não podíamos deixar de apontar que há uma história de resistência da classe trabalhadora nesta Universidade que, embora atualmente possa dar a impressão de enfraquecida em alguns momentos, está sempre ativa e pronta para lutar quando se fizer necessário.

Seria de fato importante que a PUC-SP começasse a pensar não só na ampliação de benefícios e na implantação de políticas urgentes que visem a melhoria do clima organizacional que hoje tem causado desgastes nas relações, imposto medo e receio nas pessoas, causado problemas de saúde mental/emocional, fatores que limitam as condições para o crescimento profissional/humano do corpo administrativo.

Afirmamos que a AFAPUC está atenta e na luta pelos interesses dos funcionários! Continuamos enfatizando a importância da mobilização da categoria, bem como, em tê-lo como associado, pois juntos sempre somos mais fortes!!!!

Diretoria da AFAPUC

Prezado colega Professor(a)

RENOVAÇÃO ANUAL DA SUA ADESÃO AO QUADRO ASSOCIATIVO DA APROPUC!

AINDA NÃO É ASSOCIADO? ASSOCIE-SE JÁ!

A Fundasp, a partir do novo Acordo Interno de Trabalho 2023/24 celebrado com a APROPUC/SINPRO, exigiu que o desconto associativo do professor em folha só será efetuado quando o docente manifestar sua concordância ANUALMENTE. No atual Acordo Interno, a APROPUC negociou que a manifestação de concordância poderá ser feita com assinatura digital simples, sem a necessidade de reconhecimento de firma. Para isso, acesse e baixe o formulário em www.apropucsp.org.br/ficha-de-associação

e envie para apropuc@uol.com.br. Professores que ainda não são associados, poderão preencher o mesmo formulário para efetuar a sua adesão ao quadro associativo da APROPUC. No último ano, os professores obtiveram ganhos significativos devido a luta da APROPUC contra as investidas da Fundasp para anular os direitos adquiridos dos professores. A diretoria da APROPUC, em constante vigilância e luta, juntamente com os professores reunidos em inúmeras assembleias e com apoio dos funcionários e estudantes,

reverteu a tentativa, por parte da Fundasp, de reduzir o cálculo salarial das atuais 5 semanas para 4,5 semanas. No final do primeiro semestre de 2023, a alteração contratual proposta pela Deliberação do CONSAD 1/2023 que provocaria perdas substanciais ao conjunto dos professores, podendo gerar demissões, foi revertida a partir de pronta ação da APROPUC em conjunto com o SINPRO. Esses ganhos para os atuais professores demandaram altos custos jurídicos e investimentos em comunicação. A sobrevivência financeira

da APROPUC está em jogo. Por isso, é fundamental que os docentes se manifestem e se associem.

A luta continua em muitas outras frentes: inserção na carreira, professores demitidos no “limbo”, etarismo e outras.

PROFESSORA / PROFESSOR: RENOVE SUA ADESÃO À APROPUC! ASSOCIE-SE JÁ!

Maiores informações poderão ser obtidas pelo tel/WhatsApp: 11-3872 2685.

Diretoria da APROPUC

Funcionários apresentam chapa para os Conselhos Superiores

A Comissão Eleitoral dos funcionários administrativos eleita na assembleia da categoria, registrou nesta semana a inscrição de chapas para o Conselho Universitário e para o Conselho Comunitário.

A eleição deverá acontecer de modo on-line entre os dias 21 e 23/09.

Ao lado transcrevemos os componentes de cada chapa inscrita.

Priscila Valério dos Santos
 Patrícia Harumi Shiroma
 Monica da Silva Rodrigues Pereira
 Angélica de Camargo Degolas
 Nilson Gonçalves do Carmo
 Diego Ferreira Paes
 Leonardo Mazetto Perrez
 Maria Helena G. Soares Borges
 Luciana de Almeida
 Rosana Alves

Sandra Aparecida Barbosa Costa
 Lucimara Lonaro Caroso
 Lucas William Leal Boldrina
 Gabriel Marin Rosário

CONSUN

SAE-GRADUAÇÃO
 ARII
 PROG. PÓS-GRAD.PSICOLOGIA
 COREME- SOROCABA
 DIR. CAMPUS M. ALEGRE
 DIR. CAMPUS IPIRANGA
 LAB.FÍSICA APLIC. MARQUÊS
 SAE- GRADUAÇÃO
 CEDEP
 SAE-GRADUAÇÃO

CECOM

CEAL
 FAC. TEOLOGIA – IPIRANGA
 LAB. BIOMETRAIS – SOROCABA
 LAB. FÍSICA APLIC. MARQUÊS

Nota sobre a Contribuição Sindical e o caso da APROPUC

Prezadas professoras e professores da PUC-SP

Vocês consideram justo que a APROPUC trabalhe por toda a categoria de professores da PUC-SP e só receba a contribuição de uma minoria?

Apenas no último ano, a luta encabeçada pela APROPUC contra a precarização do trabalho proposta pela FUNDASP na redução das 5 semanas para 4,5, garantiu que não fossem extraídos 10% do total dos salários dos professores. A contribuição dos associados da APROPUC é de apenas 1% ao mês. Ou seja, com apenas um mês da conquista acima, o professor pode contribuir por 10 meses com sua associação.

Falamos em sua Associação por motivo óbvio. A APROPUC é de todas as professoras e professores da PUC-SP. Aproveitamos para registrar outro fato acerca da ação da FUNDASP para destruir a nossa Associação. A FUNDASP está externamente alinhada aos pressupostos democráticos em geral, enquanto na PUC-SP, toma medidas burocráticas, antissindicais e até antidemocráticas ao exigir recadastramento anual dos professores para que a contribuição dos associados da APROPUC seja debitada em folha. Com isso, tivemos uma perda de quase 50% dos associados no último ano, fato ignorado pela grande maioria, que age como se tudo estivesse normal na nossa universidade.

De que lado nós estamos: do trabalho ou do empregador

que, sem o nosso olhar atento, liquidará com as condições de trabalho e de ensino/pesquisa/extensão em pouco tempo, como já estamos vendo acontecer em diversos aspectos na PUC-SP?

Assim, colegas, a diretoria atual da APROPUC, antes de debater a questão da Contribuição Sindical, que será obrigatória a todos os trabalhadores e trabalhadoras (a não ser que expressem por escrito sua oposição), chama à atenção da consciência coletiva da nossa categoria.

No caso dos sindicatos, poderá ocorrer o mesmo problema que já ocorre com a APROPUC: a professora ou o professor, com muita felicidade, gosta de receber os benefícios dos acordos e convenções coletivas, mas desde a famigerada reforma trabalhista de 2017, não contribui com a sua entidade sindical e coletiva.

É, então, oportuna a discussão sobre a contribuição sindical que acaba de ser decidida pelo STF, colocando um fim à extinção do imposto sindical da reforma trabalhista patronal promulgada em 11/11/2017 pelo Governo de Michel Temer. Não seria preciso dizer: após o golpe parlamentar que, além de retirar a presidente Dilma, tinha o caráter de retroceder em todas as conquistas sociais, trabalhistas e sindicais do período anterior.

Para alimentar o debate, indicamos as seguintes passagens de uma nota técnica do DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

- sobre o financiamento sindical (NOTA TÉCNICA, Num. 200, 2018, DIEESE).

“As entidades sindicais são instrumentos essenciais para a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores na relação reconhecidamente conflitiva e assimétrica entre capital e trabalho. A atuação dessas organizações pela ampliação dos direitos individuais e coletivos tem contribuído decisivamente na busca por uma sociedade justa e democrática”

Em seguida,

“A Contribuição Sindical – mais conhecida como imposto sindical, que correspondia ao desconto, no mês de março de cada ano, de um dia de trabalho de todos os trabalhadores e cujo recolhimento era compulsório –, passa a depender de prévia e expressa autorização dos trabalhadores. Já a cobrança da contribuição assistencial – negociada em acordos e convenções coletivas de trabalho – está vetada para trabalhadores não sindicalizados, conforme decisão do Plenário Virtual do STF, na análise do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE 1018459).”

Nosso breve comentário: o veto acima mencionado caiu, uma vez que o STF, por dez votos a um, acaba de aprovar a cobrança da contribuição assistencial de todos os trabalhadores da categoria. A forma como essa contribuição será feita ainda não está definida e dependerá das assembleias dos sindicatos,

cuja participação e voto é apenas dos sindicalizados. Ou não? Não sabemos.

O termo correto talvez fosse o de uma “Contribuição Negocial” (adotada inclusive pelo atual Ministro do Trabalho), e não do retorno do imposto sindical, ou da “tunga”, conforme referido na Folha de São Paulo, jornal liberal-democrático e sempre favorável ao segmento patronal. Obviamente, o termo assistencial tem sentido, devido à maioria dos sindicatos ser eminentemente burocrática e assistencialista, tanto para com seus dirigentes quanto com seus associados. Este será um problema a ser discutido.

Indicamos ainda, a seguinte nota extremamente importante para o debate e o entendimento da questão:

“O tripé da organização sindical brasileira é formado pela unicidade, pelo efeito erga omnes da negociação coletiva e pela contribuição sindical descontada de todos os trabalhadores, como destacado pelo Ministro Luiz Edson Fachin. Ao se retirar um desses pilares, o sistema poderá ruir como um todo. A unicidade (CF, 8º, II), a eficácia erga omnes dos instrumentos normativos (CLT, art. 611) e os efeitos decorrentes da reforma trabalhista demandam uma nova interpretação das normas que versem sobre o custeio das entidades sindicais. A negociação coletiva é direito

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

fundamental social dos trabalhadores (CF, arts. 7º, XXVI e 8º, VI). Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais de toda a categoria. A atividade sindical em prol da defesa dos direitos sociais trabalhistas requer fontes de financiamento legítimas. A assembleia de trabalhadores regularmente convocada é fonte legítima para a estipulação de contribuição destinada ao custeio das atividades sindicais, podendo dispor sobre o valor, a forma do desconto, a finalidade e a destinação da contribuição (CLT, art. 513, e) [...] Os abrangidos pela negociação coletiva (CLT, art. 611) devem participar do financiamento desse processo, sob pena de inviabilizar a atuação sindical, bem como atuar como desincentivo a novas associações.” (Cf. Conalis, do MPT, publica a Nota Técnica número 2, In DIEESE). Por último, mas não menos importante, é este também o entendimento da Organização Internacional do Trabalho - OIT e do Ministério Público do Trabalho – MPT, segundo a Nota Técnica indicada acima.

Então, professoras e professores da PUC-SP: a questão está lançada e afetará a vida de todos. Para começar, a sua associação à APROPUC fortalece nossas reivindicações internas enquanto categoria, ocorrendo o mesmo com relação ao SINPRO no âmbito estadual. Trata-se de uma questão moral, sindical e política.

DIRETORIA DA APROPUC

Mais problemas com nossa precária infra-estrutura

Não é de hoje que o PUCviva vem apontando problemas recorrentes com a precária infra-estrutura do campus Monte Alegre, mas nesse início de semestre as reclamações à nossa redação se avolumaram.

Em primeiro lugar, fato que já foi denunciado nas assembleias de agosto, a transferência da Central de Cópias para o prédio da Fundasp vem causando uma série de transtornos para os docentes que se utilizavam em suas aulas de cópias xerográficas. Mais do que isso, os estudantes denunciaram um corte na quota de cópias a que os bolsistas tinham direito.

Por outro lado as transfor-

mações climáticas que sofremos cotidianamente têm impactado o bom desenvolvimento das aulas nos prédios do campus. O calor fora de hora faz com que algumas aulas terminem mais cedo pois a ventilação em muitas delas é insuficiente. Em que pese a reforma feita pela reitoria em algumas salas do Prédio Novo, ainda existe uma quantidade razoável de salas sem ar-condicionado.

Mas um setor que acumula uma grande quantidade de reclamações é o áudio-visual. Com equipamentos obsoletos e via de regra com problemas de utilização, os professores perdem uma parte considerável de suas aulas na

instalação dos computadores e caixas de som. Em que pese o esforço e a dedicação dos funcionários do setor, sempre atentos e solícitos às demandas dos docentes, nem sempre é possível sanar a tempo os problemas com os equipamentos, pois a equipe de profissionais é cada vez mais insuficiente para atender às solicitações. O resultado é que não há tempo para que o docente possa ministrar sua aula como previsto. Uma universidade bem avaliada pelo MEC deveria preservar minimamente sua infra-estrutura funcional, fazendo jus às altas mensalidades pagas pelo corpo discente.

Pagamento das diferenças salariais para demitidos deve ser feita até 15/09

O Sinpro-SP informou em seu site que as diferenças salariais decorrentes do último acordo coletivo devem ser feitas até esta sexta-feira, 15/9. O Sindicato está disponibilizando uma plataforma de cálculo que poderá ser consultada em <https://www.sinprosp.org.br/calculo/>

/reajuste-ensino-superior2023. A próxima folha de pagamento deverá incluir a parcela restante do reajuste salarial de 2023, equivalente a 3,07%. A segunda parcela das diferenças salariais pagas aos professores em exercício, deverá acontecer em 30/10.

Bia Abramides

A diretoria da APROPUC e a redação do jornal PUCviva desejam uma rápida recuperação e uma pronta volta ao trabalho à professora Bia Abramides.

Ao longo das últimas décadas a PUC-SP se acostumou ao aguerrimento e dedicação de Bia, que serviu de inspiração ao nosso cotidiano de lutas por melhores condições de ensino e trabalho.

Volta logo Bia!

**professor e funcionário,
filie-se à sua associação!**

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

ASSOCIE-SE: PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao
FUNCIONÁRIOS: <https://www.afapuc.org.br/formularios/>

Golpe no Chile completa 50 anos

No dia 11 de setembro completaram-se 50 anos do golpe militar sangrento que arrancou do poder o presidente Salvador Allende, democraticamente eleito, em 1970.

Allende, eleito com uma proposta socialista, despertou a revolta do governo norte-americano, liderado por Richard Nixon. Em 1973, o comandante-chefe do Exército, general Augusto Pinochet liderou o golpe de Estado que culminaria com a deposição e morte de Salvador Allende. A resistência da população chilena foi forte e, para que

o golpe tivesse sucesso, foram assassinadas pelos militares centenas de pessoas. Durante os 17 anos de duração da ditadura de Pinochet cerca de 3200 pessoas foram assassinadas ou desapareceram no Chile. Desse total, estima-se que as vítimas de desaparecimentos forçados possam ser cerca de 1.469 pessoas, das quais 1.092 corresponderiam a detidos desaparecidos e 377 a execuções políticas sem entrega de corpos.

Hoje, tanto no Chile como em outros países da América Latina assiste-se a um ressurgimento dessa ex-

trema-direita neofascista responsável por mortes e torturas em todo século XX. No Chile as últimas eleições determinaram uma vitória da direita, enquanto que as primárias na Argentina também registraram um ascenso da extrema-direita.

No Brasil o resultado da eleição presidencial foi questionado por militantes de direita que tentaram um golpe de estado no dia 08 de janeiro. Por isso esses golpistas devem ser exemplarmente condenados pelo Supremo para que não se repitam esses atos fascistas.

Projeto de extinção da UERJ foi adiado, mas mobilização continua

O Projeto de Lei do deputado estadual Anderson Moraes (PSL) que propõe a extinção da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, teve sua tramitação adiada. O texto do deputado bolsonarista propunha a extinção da UERJ e a transferência de suas instalações para instituições particulares de ensino.

Instituições de ensino e movimentos populares lançaram um abaixo-assinado contra a medida que pode ser acessado em https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeie6xGQCsgoqPBh19nm-n3nZ15zdA7PlmhebTpmV-5Qv_QqMnw/viewform

Coordenadora: Prof^a Dra. Maria Celina Teixeira Vieira
Vice: Prof^a Dra. Marília Josefina Marino

ENCONTRO DE EDUCAÇÃO

CIDADANIA, EDUCAÇÃO E SAÚDE:

Construção de relações democráticas na escola.

DIAS 21 E 22/09

Das 8h às 11h10

Oficina, roda de conversa e muitas trocas significativas, com convidados incríveis

Auditório 239 - 2^a andar, prédio novo



4º ENCONTRO DE PLURALIDADE E DIVERSIDADE

HORÁRIO: 19h-21h
LOCAL: Maracanã

PROGRAMAÇÃO:

TERÇA-FEIRA (19/09)
A Luta da População em Situação de Rua e a Vulnerabilidade Social

Palestrantes:

- Vinicius Lima (Jornalista/Escritor)
- Paulo Escobar (Sociólogo/Escritor/Ativista)

QUARTA-FEIRA (20/09)
Aspectos do Racismo Estrutural e Institucional

Palestrantes:

- Maria Teresa Ferreira (Gestora pública/Escritora)
- Coletivo das Pretas

QUINTA-FEIRA (21/09)
Saúde LGBTQIA+: responsabilidades e competências na prática clínica

Palestrantes:

- Andrea Hercowitz (Médica pediatra/hebiatra)
- Lucas Prado (Médico R3 de Infectologia)

PIX para doações: 11 992943006 (Gabriela Akkari)

